



**PAUTA
PARA A 26ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO
ADICIONAL À 4ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA
EM 12 DE MARÇO DE 2015**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 59, de 2015, de autoria do deputado Ulisses Sales. Institui a realização de pesquisa de opinião sobre serviços públicos, em especial o de transporte.

2 - Moção nº 14, de 2015, de autoria do deputado Ulisses Sales. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam estudos no sentido de apresentar proposição visando instituir a Parceria Público-Privada Popular - PPPP, no âmbito da competência prevista nos artigos 24, inc. I, e 182 da Constituição Federal e na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

3 - Moção nº 15, de 2015, de autoria do deputado Ulisses Sales. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam estudos no sentido de apresentar proposição visando a participação do cidadão no acompanhamento dos contratos de concessão de serviços públicos, mediante consulta realizada por meio de urnas eletrônicas, instaladas em locais públicos e de fácil acesso, duas vezes por ano, nos meses de fevereiro e julho.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 58, de 2015, de autoria do deputado Feliciano Filho. Dispõe sobre a proibição da prestação de serviços de segurança e vigilância patrimonial

por cães de guarda no âmbito do Estado.

2 - Moção nº 12, de 2015, de autoria do deputado Roberto Massafera. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de lei nº 311, de 2014, que dispõe sobre a alteração da Consolidação das Leis do Trabalho para regular as operações de telemarketing ou atividades de teleatendimento, seja apreciado e aprovado com a máxima brevidade possível.

3 - Moção nº 13, de 2015, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que determine à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA e à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO a adoção de urgentes providências relativas à reconfiguração das rotas aéreas cujo referencial de partida ou destino seja o Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, suspendendo-se os voos sobre a Serra da Cantareira.

5ª Sessão

Projeto de lei nº 57, de 2015, de autoria do deputado Beto Tricoli. Dá a denominação de "Lido Paulinetti" ao viaduto localizado no km 68 da Rodovia D. Pedro I, SP 065, em Atibaia.

Em pauta por 2 (duas) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 151 do Regimento Interno (Redação).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 393, de 2011, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "José Bolotari" ao viaduto localizado no km 125,60 da Rodovia Péricles Belini - SP 461, em Votuporanga. Parecer nº 256, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

2 - Projeto de lei nº 1161, de 2011, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Prefeito Ademar Luiz Cintra" ao viaduto localizado no km 599+525 da rodovia Euclides da Cunha - SP 320, em Santa Salete. Parecer nº 257, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

3 - Projeto de lei nº 941, de 2014, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "João Pelizaro" ao trevo localizado no km 420 da Rodovia

Candido Portinari - SP 334, em Cristais Paulista. Parecer nº 258, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

4 - Projeto de lei nº 951, de 2014, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "Sylvio de Godoy Cordeiro" ao viaduto localizado no km 112,240 da Rodovia Osni Mateus - SP 261, em Lençóis Paulista. Parecer nº 259, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

5 - Projeto de lei nº 953, de 2014, de autoria do deputado Roberto Moraes. Dá a denominação de "Prefeito Antonio José Pinto" ao trecho da Rodovia Marechal Rondon - SP 147 entre o km 202,774 e o km 235,769, em Anhembi. Parecer nº 260, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

6 - Moção nº 91, de 2014, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Saúde a elaboração de estudos e a adoção de providências urgentes para que seja mantida a entrega gratuita de colírios hipotensores aos portadores de glaucoma, através do programa de assistência ao portador de glaucoma. Parecer nº 261, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1347, de 2014, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública a "AMAI-SBO - Associação de Monitoramento dos Autistas Incluídos em Santa Bárbara D'Oeste", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 1388, de 2014, de autoria da deputada Heroilma Soares Tavares. Declara de utilidade pública a "Associação Missão Isabella Bellanova", em Itaquaquecetuba.

3 - Projeto de lei nº 1391, de 2014, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a "ONGF. - Organização Não Governamental Futurong - Ação Sócio-Cultural", na Capital.

4 - Projeto de lei nº 1427, de 2014, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Declara de utilidade pública o "Centro de Assistência Social Evangélico Palavra da Fé - CASEPAFE", em São José dos Campos.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 117, de 2013, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Associação Valeparaibana de Ostromizados", em Taubaté.

2 - Projeto de lei nº 607, de 2013, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Declara de utilidade pública a Sociedade Cultural Ítalo-Brasileira "Amici D' Italia", em São José do Rio Preto.

3 - Projeto de lei nº 1195, de 2014, de autoria do deputado Jorge Caruso. Declara de utilidade pública a "Sociedade Beneficente Centro de Cultura Afro-Brasileiro Asé Ylë do Hozooane", na Capital.

4 - Projeto de lei nº 1260, de 2014, de autoria do deputado Ulysses Tassinari. Declara de utilidade pública a "Associação de Jesus para Auxílio de Pessoas Desamparadas (AJAPED)", em Capão Bonito.

5 - Projeto de lei nº 1261, de 2014, de autoria do deputado Gilson de Souza. Declara de utilidade pública o "Instituto José Edison de Paula Marques", em Franca.

6 - Projeto de lei nº 1297, de 2014, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava - FUSAM, naquele Município.